

ARTIGO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E QUESTÃO AGRÁRIA: MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, AGRONEGÓCIO E AS LUTAS PELA TERRA EM PORTO NACIONAL – TOCANTINS

INTERNATIONAL RELATIONS AND AGRARIAN ISSUE: MUNDIALIZATION OF CAPITAL, AGRIBUSINESS AND LAND STRUGGLES IN PORTO NACIONAL/TOCANTINS

FABIANA SCOLESO¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a mundialização do capital, seu metabolismo social e suas diretrizes para a América Latina e compreender os impactos e conflitos gerados pelas disputas, cada vez mais exacerbadas e polêmicas entre capital e trabalho. As contradições resultantes das propostas admitidas pela reestruturação produtiva e do Estado brasileiro no início da era neoliberal, repercutem hoje mediante novas conexões e novas dimensões das lutas sociais. Identificar os componentes estruturantes do Estado neoliberal brasileiro e seu atual estágio de recomposição de forças econômicas e políticas pós-golpe de 2016 é compreender o sentido da luta de classes e da nova centralidade que ocupam nas discussões sobre a democracia restritiva brasileira e seus dispositivos de marginalização e exclusão social. Os conflitos no campo e a luta pela terra, em especial no município de Porto Nacional/TO são exemplos e reflexo da financeirização da terra, da engenharia transnacional, do ativismo Estado e do poder do agronegócio na região. O que explica a necessidade de novas forma políticas, pedagógicas e organizacionais como estratégia de luta do Movimento Sem Terra.

PALAVRAS-CHAVE: Mundialização; Neoliberalismo; Luta de classes; Reforma agrária.

ABSTRACT

This article aims to analyze the globalization of capital, its social metabolism and its guidelines for Latin America and to understand the impacts and conflicts generated by

¹ Fabiana Scoleso é doutora em História Social pela PUC/SP e professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3519-4592>.

disputes, increasingly exacerbated and controversial between capital and labor. The contradictions resulting from the proposals admitted by the productive restructuring and the Brazilian State at the beginning of the neoliberal era, are reflected today through new connections and new dimensions of social struggles. To identify the structuring components of the Brazilian neoliberal state and its current stage of recomposition of economic and political forces after the coup of 2016 is to understand the meaning of the class struggle and the new centrality they occupy in the discussions about Brazilian restrictive democracy and its devices of marginalization and social exclusion. The conflicts in the field and the struggle for land, especially in the municipality of Porto Nacional/TO, are examples and a reflection of land finance, transnational engineering, state activism and the power of agribusiness in the region. This explains the need for new political, pedagogical and organizational forms as a strategy to fight the Landless Movement.

KEYWORDS: Mundialization; Neoliberalism Class Struggle; Agrarian reform.

Introdução

Este artigo é parte integrante do projeto de pesquisa intitulado “Movimentos Sociais Nacionais e Transnacionais na era da mundialização do capital” que está em desenvolvimento na Universidade Federal do Tocantins. Além da pesquisa, há mais de um ano um projeto de extensão universitária ocorre dentro do acampamento Dom Celso, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão as pesquisadoras e pesquisadores envolvidos no projeto têm procurado compreender a dimensão e o espaço ocupado pela mundialização do capital em uma região onde as commodities adquirem cada vez mais projeção, com destaque para a abertura recente de duas Câmaras de Comércio instaladas na capital: a do Panamá e a da China. O Estado do Tocantins figura como espaço global para a expansão do capital transnacional no contexto de alargamento da fronteira agrícola no cerrado brasileiro atestado, em especial, pelo volume de negócios realizados

no ano de 2019 na Feira Agropecuária do Tocantins (Agrotins)² o que o coloca dentro de uma Zona Específica de Intensa Acumulação (ZEIA)³. Novos conflitos, disputas e contradições em torno da terra ganharam contornos no Estado, em especial no município de Porto Nacional que hoje conta com um dos terminais integradores da empresa de logística VLI (que representa a composição acionária das seguintes empresas: Vale, Mitsui, FI-FGTS, e Brookfield) e que investe e administra o Corredor Centro-Norte funcionando como polos concentradores de carga aumentando a agilidade do escoamento de produtos pela ferrovia até o porto. Compreender a lógica do capital financeiro e do estado neoliberal brasileiro em uma perspectiva ontológica é verificar os elos débeis de um crescimento com miséria e exclusão social e a forma como o capitalismo e o sistema capitalista são movido pelas corporações estabelecendo novas relações com a realidade e um novo ciclo de “desantopomorfização do trabalho” (LUKÁCS, 2012), embora a morfologia laboral instituída pelos agentes do capital apresentem outras e novas formas de precarização do trabalho.

A ofensiva do capital financeirizado e rentista desencadeados pela lógica neoliberal em curso na América Latina desde a década de 1990 e de forma mais intensificada no século XXI, traz ao mundo do trabalho e às questões agrárias novas contradições inerentes ao sistema que permite observar constantes movimentos e transformações que atendem inexoravelmente as pressões do capitalismo, dos grandes grupos

² Disponível em: <https://agrotins.to.gov.br/noticia/2019/5/27/agrotins-2019-bate-recorde-e-movimenta-mais-de-25-bilhoes-em-negocios/>

³ O conceito de ZEIA (Zona Específica de Intensa Acumulação) alguns pesquisadores, em especial o professor Dr. Juan Manuel Sandoval Palácios e Dr. Manuel Vázquez Villalabeitia que têm abordados os megaprojetos de mineração na fronteira do México e EUA e na megarregião de Ariona-Somona respectivamente.

transnacionais e dos fluxos de capital e trabalho, além dos diversos outros atores da cadeia de valor do agronegócio e que atuam nas relações internacionais.

Do ponto de vista teórico existem pressupostos diferentes para o projeto neoliberal. Uma mais ortodoxa proposta por Friedrich Hayek que criticava toda e qualquer intervenção do Estado e outra mais flexível aplicados, por exemplo, em países latino-americanos a partir da década de 1990 (SANTOS, 2018). Seus pilares básicos estão presentes na reversão das nacionalizações do Pós II Guerra Mundial, na crescente tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado e na alteração dos padrões universais de proteção social e dos seus princípios de articulação e reconfiguração institucional no capitalismo contemporâneo.

O Brasil e a América Latina no contexto neoliberal

Na América Latina o neoliberalismo se alimentou da crise fiscal dos Estados e fundamentalmente da crise da industrialização substitutiva de importações. Estes dois aspectos acentuaram o fortalecimento do neoliberalismo, permitindo ao capital estrangeiro e financeirizado determinar as políticas econômicas e influenciar as políticas sociais, territorializando formas e processos, assim como instituindo um modo de produção e de sociabilidade que fez perecer os modos de vida das comunidades tradicionais, do campesinato constrengendo seus direitos em torno da terra. Embora o final da década de 1980, para grande parte países latino-americanos, representasse a “superação” de suas ditaduras, fundamentalmente por conta da construção de Cartas Magnas mais

alinhadas ao novo contexto internacional, alavancando a chamada democracia representativa, a cidadania e a justiça social, seus princípios basilares, foram rapidamente constrangidos abrindo grandes lacunas que criariam as condições de se adaptar e garantir a preeminência do modelo neoliberal.

Em síntese, na década de 1990, com o término da Guerra Fria e a emergência dos Estados Unidos como único centro de poder, o discurso neoliberal foi amplamente difundido. Os países da América Latina começaram a abandonar o paradigma do Estado desenvolvimentista a favor do neoliberalismo. Todavia, estes fatores externos coincidiram com fenômenos internos, que também explicam a transição. Nos anos 1980, como visto, houve a queda do desempenho e a exaustão do modelo desenvolvimentista. O fim das ditaduras e a volta da democracia ocasionaram crises políticas. No âmbito social, evidenciou-se um profundo descontentamento, devido às dívidas externas e à instabilidade monetária dos países, preparando a população para colher, nas eleições presidenciais e legislativas, os novos dirigentes com o pensamento neoliberal (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 305).

No caso brasileiro a Constituição de 1988, vetor de acesso a direitos e marco em muitos sentidos de uma nova possibilidade de cidadania e de alargamento da democracia dentro dos marcos burgueses, permitiu que seus dispositivos reconfigurassem e reestruturassem o papel do Estado diante da nova ofensiva do mercado mundial dentro da inovação da produção e gestão e da sua incontrolável contradição, em especial nos mundos do trabalho. A democracia representativa é o ponto chave da impulsividade do capital no Brasil e na América Latina e suas bases

colaboraram para a ampliação do cariz neoliberal, ainda que nelas contivessem a possibilidade de integração social via políticas públicas⁴.

A década de 1990 trouxe consigo a perspectiva de “globalização” e sua fórmula de transformações do sistema capitalista erguendo a bandeira da economia de mercado sobre as outras formas econômicas, mas que de fato representava uma integração subordinada à nova configuração do poder global e, portanto, o reforço das redes hierarquizadas de poder. A queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da União Soviética em 1991 se tornaram símbolos da derrota do socialismo e da economia planificada. A nova “Aldeia Global”⁵ trazia consigo a “virtude” do capital e sua capacidade de integração social e de ultrapassar fronteiras econômica e política. Entretanto o poder passa a se desenvolver de maneira muito mais complexa e os atores do sistema internacional (multinacionais/transnacionais, ONG’s globais, instituições internacionais, mercados etc) vão consolidando um novo sistema de alianças de regras e valores que reescrevem o significado da hegemonia (econômica) produzindo novas formas de dominação e subordinação (AGNEW, 2008).

François Chesnais analisou a mundialização do capital e apontou no que consistia a carga ideológica da globalização. Como diretor da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) indicou a intensificação do processo de acumulação do capital e seu processo de financeirização que se traduz no investimento em papéis (capital fictício) e

⁴ Para mais ver DINIZ, Eli. Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sob o novo paradigma. Revista do Serviço Público, ano 47, vol. 120, nº 2, mai-ago, 1996.

⁵ Para mais ver IANNI, Octávio. Teorias da globalização. 16 ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010.

na ausência de barreiras que contivessem a evasão de capitais. A riqueza financeira nesta década foi concentrada nos títulos de dívidas (públicos e privados) e nas debêntures, o que tornou a economia mundial permanentemente desequilibrada e frágil. A lógica financeira invade a lógica produtiva. O Toyotismo e o *just-in-time* são representação de uma forma de acumulação de natureza financeira nos anos 1990. A reestruturação do Estado e produtiva regularizou os fluxos internacionais de capitais tornando-os árbitros entre o setor financeiro e o produtivo. Os princípios dos Estados Nacionais foram amplamente atravessada pelas investidas dos capitais globais.

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento das formas mais agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditadas pelas altas taxas de juros. Todas as virtudes atribuídas ao ‘toyotismo’ estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical (CHESNAIS, 1996, pp. 16-17).

No que concerne a questão agrária é fundamental analisar as complexas disputas entre o agronegócio, campesinato, questões territoriais e o papel do Estado no marco do neoliberalismo, das relações internacionais e de seus impactos no Brasil e América Latina. O mercado atuou fortemente em setores estratégicos do país, articulado sempre pelos relatórios promovidos pelo Banco Mundial. A concentração do mercado

do agronegócio adquiriu também novas condições na década de 1990 e enorme projeção no início dos anos 2000. A forma como esses mercados se organizara internacionalmente aponta a pressão, a capacidade de integração da sua cadeia de valor e as formas de dominação e subordinação que permitiram ao agronegócio alavancar e amplificar sua renda e seu poder global. Na América Latina e Caribe encontra maiores projeções dada a matriz do desenvolvimento capitalista na região, suas heranças históricas, assim como pela emergência de blocos supranacionais que transformam alguns países em semiperiferias ativas ou subordinadas a este sistema organizacional onde parte das competências estatais são cedidas a favor dessas instituições. Exemplos disso são a Liga Árabe, o Pacto Andino, o Mercosul, a Aladi entre outras, com o interesse de promover o mercado e eliminar progressivamente todas as normas que dificultam o intercâmbio comercial (PRECIADO, 2008).

O poder e a organização do capital transnacional

Exemplo atual do poder o mercado internacional no campo do agronegócio é a de fusão e aquisição da Monsanto pela Bayer⁶ que elevou a concentração do mercado do setor de sementes e agrotóxicos⁷ a um novo

⁶ Para mais ver <https://www.valor.com.br/agro/4709299/bayer-compra-monsanto-por-us-66-bilhoes>

⁷ Vale recordar a Lei de Flexibilização sobre o uso de agrotóxico (PL 6.299) que estava em curso no Congresso Nacional desde 2002 de autoria do então senador Blairo Maggi (PP-MT). Em 2016 a PL foi reapresentada pelo relator deputado federal Luiz Nishimori (PR-PR). Mesmo o Ministério Público Federal se manifestando sobre a violação de ao menos 6 artigos da Constituição Federal, os debates se estenderam até o ano de 2019 quando a Diretoria Colegiada (Dicol) da Anvisa aprovou em 23 de junho o novo marco

nível. Bayer e Monsanto controlam 25% do mercado mundial de pesticidas e de 30% das sementes agrícolas, tanto as biotecnologicamente modificadas como as tradicionais. O grupo alemão Bayer concluiu em 2018⁸ a compra da Monsanto, empresa multinacional com sede nos Estados Unidos, após negociação de 66 bilhões de dólares. A empresa Monsanto de 117 anos colecionava denúncias e os movimentos populares contra ela dedicaram o dia 23 de maio como o Dia Mundial contra a Monsanto.

O controle da produção de alimentos no mundo está basicamente ligado a quatro empresas: ADM (Archer Daniels Midland Company – Estados Unidos), a Cargill Incorporated (Estados Unidos), a Bunge Limited (Holanda) e a Louis Dreyfus Group (França). Suas plantas industriais e atividades estão espalhadas pelo mundo e, por meio de investimentos diretos, fusões e aquisições se associam ou controlam diretamente a produção. Na maior Bolsa de Mercadorias e Futuro, regulador dos preços das commodities é a Bolsa de Chicago. Nela os preços de grãos como milho, soja, trigo, álcool, leite, carne bovina, entre outros, são definidos e assim, controlam o mercado internacional, territorializam os monopólios e monopolizam o território (OLIVEIRA, 2014). A estas empresas estão associadas incontáveis startups da área de tecnologia digital que são empresas aceleradoras para que o agronegócio seja mais produtivo. Segundo Maikon Schiessl, diretor do comitê de agritech (agricultura e tecnologia) da ABStartups (Associação Brasileira de Startups), "o agricultor do passado ficou para trás, ele hoje é conectado: 67% dos produtores usam

regulatório para agrotóxicos, medida que atualiza os critérios de avaliação e de classificação toxicológica dos produtos no Brasil.

⁸ Para mais <https://www.msn.com/pt-br/dinheiro/economia-e-negocios/bayer-conclui-compra-da-monsanto-e-aposta-na-agricultura-intensiva/ar-AAyItal>

o Facebook e 96% o WhatsApp, inclusive para os negócios. Eles precisam de soluções novas, digitais - e essas empresas estão entregando"⁹.

A mundialização do capital, o neoliberalismo e a transnacionalização são os componentes deste novo metabolismo social e a reestruturação do papel do Estado Brasileiro, o componente legitimador da sua incorporação. Essas relações que se estabeleceram irão desencadear uma reestruturação produtiva na cidade e no campo, e nesta última, adicionado um processo de valorização do agronegócio e de toda uma engenharia técnica (mecânica e bioquímica) com seus aditivos e componentes fiscais e creditícios, que farão das relações econômicas e dos conflitos sociais o termômetro das novas violências, exclusões, da precarização do trabalho e da miséria de parcela significativa da população do campo e da cidade.

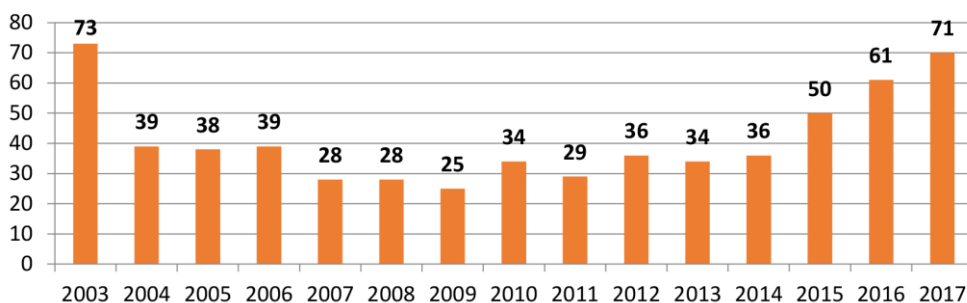
A sociabilidade do capital transnacional construída através das fusões e aquisições e conseqüentemente da sua ativa força política no congresso nacional, nos leva a compreender as novas configurações territoriais e como os movimentos sociais e populares foram pressionados também a reestruturar seus espaços de representação contra-hegemônica, dos porquês movimentos ambientais e comunidades tradicionais têm se levantado para defender a PachaMama em toda a América Latina e Caribe também numa perspectiva transnacional.

As práticas dominantes criam experiências diárias de inconformidade abrindo a necessidade da emergência de novos projetos de resistência. É fato que a violência no campo é o caráter mais nefasto deste

⁹ Para mais ver <https://www.ideasformilk.com.br/conteudo/news/not/startups-ajudam-agronegocio-ser-mais-produtivo-e-sustentavel>

processo. De acordo com o relatório “Conflitos no campo Brasil 2017” da CPT (Comissão Pastoral da Terra) os assassinatos e as tentativas de assassinato cresceram exponencialmente.

Assassinatos 2003-2017



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - CPT

Assassinatos

Tabela de assassinatos no campo entre 2003 e 2017. Crédito: reprodução/CPT

Novo caderno foi lançado em abril de 2018 apresentando e analisando que as disputas por terra e água aumentaram 4% em relação a 2017, passando de 1.431 para 1.489. No total, 960.342 pessoas estiveram envolvidas, 36% a mais do que em 2017 (708.520). Destas, 51,6% são da região Norte, área que também concentra a maior porcentagem de terras em conflito: 92%¹⁰. Por ser uma nova fronteira agrícola a Amazônia Legal (cujo território contém 20% do bioma cerrado), a expansão e a intensificação do agronegócio e dos mega projetos de mineração, concretizou no cerrado brasileiro um novo perfil produtivo agro regional originando polos de desenvolvimento da Soja e, conseqüentemente, elevando o nível de capitalização do território. O aumento nos conflitos na

¹⁰ Relatório Conflitos no Campo – Brasil 2018 – Comissão Pastoral da Terra.

região norte deriva de numa mudança substancial no interesse pelo território, do preço da soja no mercado internacional e por estar integrado a um circuito de produção de riqueza.

A lógica do desenvolvimento capitalista moderno se faz de forma contraditória e desigual, segundo destaca Ariovaldo Umbelino de Oliveira,

[...], penso que o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. [...] Outro pressuposto teórico importante a ser ressaltado inicialmente, refere-se ao caráter rentista do capitalismo no Brasil. Isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra (OLIVEIRA, 2016, p. 347).

O ingresso da agricultura brasileira na era global, ponto que nos interessa destacar, faz surgir um novo polo da questão agrícola e agrária a partir de excedentes estruturais do nosso capitalismo. As bases legais deste processo vão se desencadear particularmente na criação do Ministério Extraordinário da Reforma Agrária e no consequente Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA¹¹). Há de se compreender, sem dúvida, a história

¹¹ Em outubro de 1985, o presidente José Sarney apresenta ao país o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que pretendia assentar 1,4 milhão de famílias até o final de 1989. A questão agrária, que marcou o Brasil antes do golpe de 1964, retornava com força à agenda nacional. Meses antes, o presidente Tancredo Neves havia criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em cujo comando colocou Nelson Ribeiro, ligado à igreja católica.

O anúncio do PNRA desagradou profundamente os proprietários de terra, organizados na União Democrática Ruralista (UDR). Paralelamente, a violência no campo aumentaria fortemente entre 1986 e 1987. No período, morreram mais de 200 trabalhadores em conflitos agrários. O PNRA alcançaria resultados considerados

da questão agrária e dos regramentos políticos que exerceram fundamental papel na reestruturação do modelo no país (FELICIANO, 2006).

As particularidades e os processos históricos da “modernização” da agricultura brasileira

O processo de modernização da agricultura e particularmente do cerrado brasileiro é algo que se correlaciona com a sua atual configuração porque criou as bases de expansão e crescimento intensivo e extensivo do desenvolvimento das fronteiras agrícolas nacionais. Dentro do contexto de um novo capitalismo, a modernização da agricultura brasileira se insere na perspectiva da Revolução Verde, idealizado pelo grupo Rockefeller, no início da década de 1940, vai de encontro com as políticas estabelecidas no governo Vargas com o Projeto de Colonização dos Cerrados, das colônias agrícolas em Dourados, no Mato Grosso do Sul, e em Ceres, em Goiás, assim como os programas governamentais que permitiram aporte crédito e suporte técnico para implementar a “produção do solo”.

Nas décadas seguintes, em especial no governo de Juscelino Kubitschek, a agricultura alcança novo status e se insere no novo contexto de modernização e desenvolvimento do país, impulsionado pelo Plano de Metas. Porém é na ditadura militar que a agricultura alcança novo patamar. Já em 1966 a lei 5016 que versava sobre reflorestamento abriu caminhos na concessão de incentivos fiscais a empreendimentos florestais permitindo avanço no cultivo de pinus e eucaliptus. As condições planas dos terrenos

modestos. Ao final do governo Sarney, pouco mais de 140 mil famílias de agricultores sem terras haviam sido assentadas.

do cerrado colaboraram com uma maior mecanização, modificando muito rapidamente não apenas a paisagem, através da quase total retirada da cobertura vegetal natural do solo, como também a organização e a relação do trabalho e do trabalhador camponês.

Na ditadura, em especial no período correspondente ao “milagre econômico”¹² as multinacionais passaram a exercer maior influência na produção de alimentos. Grandes complexos agroindustriais, agropecuários, agroquímicos e madeireiros, associados a uma burguesia rural, exerceram influência na estratégia brasileira de crescimento das fronteiras agrícolas. As terras eram vistas não apenas como bens de capital, como também capazes de outros ganhos produtivos: ganho de capital e fator de produção. No início da década de 1970 os gaúchos foram atraídos tanto pelo baixo preço das terras quanto pelas novas condições de acumulação. A melhoria dos preços internacionais dos produtos agrícolas juntamente com a influência das multinacionais permitiu a consolidação de um complexo agroindustrial, que formaram um verdadeiro monopólio capitalista¹³ e que passou a constituir força suficiente para exercer pressão contra uma política que julgavam antiagrícola: exportações de produtos agrícolas in natura estavam sujeitas a elevada tributação indireta e transformavam a agricultura em setor supertributado, com mecanismos fiscais e extrafiscais que lhe extraíam renda (FERNANDES; WELCH; GONÇALVEZ, 2014).

¹² Para mais, ver: SINGER, Paul. A crise do “milagre”: interpretação crítica da economia brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹³ Para compreender o processo e do desenvolvimento do capital monopolista, ler: BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

A política de desenvolvimento regional no Brasil na ditadura militar estava subordinada ao I e II PND e foi pensada para viabilizar a modernização e expansão da agricultura e sua inserção internacional, adotando novos paradigmas, saindo de uma abordagem top-down para bottom-up.¹⁴ Dentre eles destacam-se:

- 1-) O I PND (1970-1974): Prodoest e PIN (Transamazônica);
- 2-) O II PND (1975-1979): Poloamazônia, Polonoroeste, Polocentro, Prodecer, Região Geoeconômica de Brasília, Pantanal Matogrossense (Prodecan), Região do Grande Dourados (Prodegran);

O cultivo de commodities em larga escala permitiu que recursos financeiros de ordem nacional e internacional criassem uma lógica monocultora e exportadora que, na década de 1970 colaborou com a expansão do cultivo de arroz e das pastagens e, na década seguinte, com a expansão da soja. O Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) foi até 1982 o caminho para esta efetivação e consolidação. E o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) foi aplicado em fases e se tornou um marco na cooperação internacional. Com ele inúmeros

¹⁴ Top-down e Bottom-up são estratégias de processamento de informações e ordenação do conhecimento muitas vezes utilizado na gestão e organização sistêmica de processos produtivos. Ambas abordagens podem ser encontradas na organização de Estado, envolvendo decisões políticas. Na abordagem bottom-up que mencionamos acima, ministérios e entidades subordinadas, as decisões são elaboradas por especialistas que definem, a partir de seus conhecimentos, as melhores políticas a serem aplicadas. Um dos grandes exemplos desta abordagem é a Alemanha que é uma das mais puras abordagens Bottom-up. Para mais, ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, MARAVALL, José María, PRZEWORSKI, Adam. Economic reforms in new democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

instrumentos de crédito supervisionado, empréstimo fundiário, financiamento de despesas operacionais e assistência ao colono foram aplicados e a alta na demanda internacional por alimentos, permitiu que novos instrumentos e convênios consolidassem a perspectiva do seguimento agroindustrial no Brasil. No final da década de 1980 foi elaborado o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), que atendia devedores e inadimplentes do setor.

Não em contrapartida, mas em complemento ao modelo, a reforma agrária conduzida pelo Estatuto da Terra em 1964 pretendia um conjunto de medidas que visavam promover uma melhor distribuição da terra através da modificação do regime de posse e uso como forma de aumentar a produtividade e atender aos princípios da justiça social. Entretanto a essência do Estatuto foi alterada pelos representantes das grandes oligarquias rurais que estavam diretamente ligadas à ditadura.

O modelo de agricultura e o agronegócio construídos, que pressiona a governança da terra no Brasil se inscreve na década de 1990 e no século XXI sob a nova dinâmica do capitalismo contemporâneo, a finança capitalista¹⁵ e traz consigo as relações historicamente constituídas que subornam qualquer possibilidade de uma efetiva democracia na questão da terra e do território no país. É neste sentido que os conflitos agrários ganham potência e desencadeiam novas violências. Os movimentos sociais circunscritos na órbita das relações políticas e econômicas da década neoliberal são conduzidos a novas formas de enfrentamentos e exclusão

¹⁵ Para mais informações, ver: CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne [et al.]. A finança capitalista. Alameda: São Paulo, 2010, p. 95-182.

social e foram profundamente criminalizados em suas ações. Entretanto recompuseram suas formas de lutas com novas estratégias e avanços tanto nas suas formações políticas como na pedagogia do movimento. (CALDART, 2005) Dentre os episódios mais tristes desta década estão o Massacre de Corumbiara, estado de Rondônia, em 1995 e o Massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, em 1996.

Mais à frente o agronegócio ganha ainda mais potência no governo de Fernando Henrique Cardoso, assim como os movimentos de luta pela terra se potencializam na medida em que as novas contradições e formas de miserabilidade vão se reestruturando. As exigências do neoliberalismo, da inserção competitiva e das políticas propostas pelo Banco Mundial refletiram sobremaneira no modelo nacional de desenvolvimento e no conjunto de suas formas, tomando como exemplo a reforma agrária de mercado que engendrou uma nova configuração da disputa territorial em nível internacional: a nova geografia do poder comandada pelas transnacionais. Isso garantiu que, do ponto de vista da geoestratégia, dos atores globais ligados ao capital financeiro, empresas agroindustriais e países que demandavam commodities, reestruturassem suas relações com o campo no Brasil e entrassem em nova rota de colisão com camponeses sem terra, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinho e tantas outras comunidades tradicionais.

Vale considerar que o Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) (“Reforma Agrária Assistida pelo Mercado” – Market-Assisted Land Reform ou RAAM), concebida e impulsionada pelo Banco Mundial (BIRD) foi implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso e combinou transação patrimonial privada e política distributiva. A transação

patrimonial é o financiamento concedido para compra e venda voluntária entre agentes privados. E a política distributiva são os fundos perdidos por investimentos em infraestrutura e produção, o que significa uma relação de compra e venda financiada pelo Estado. O projeto, defendido pelo Banco Mundial e aplicado nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso¹⁶, provocou ajuste estrutural liberalizando e dinamizando o mercado de terras o que, conseqüentemente, desencadeou grandes tensões no campo (PEREIRA; SAUER, 2011).

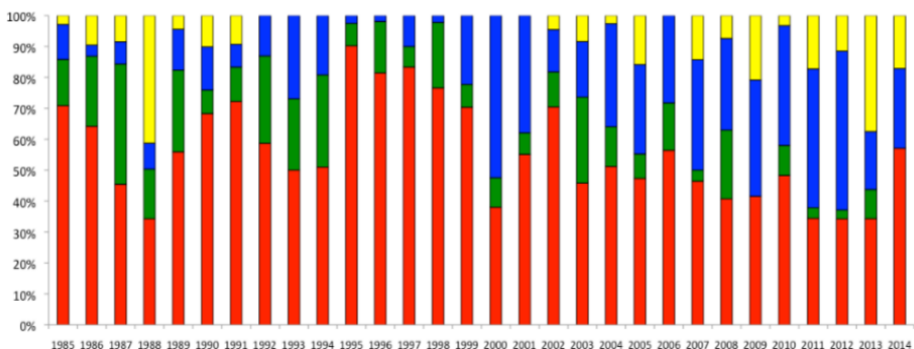
A violência e as novas formas político-pedagógicas da resistência camponesa

Os anos de 1996 e 1997 foram emblemáticos no que se refere aos conflitos em torno da terra: os massacres em Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) impulsionaram uma onda de protestos e houve significativo aumento das ocupações de terras organizadas pelo MST em todo o país. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) vinculada à Central Única dos Trabalhadores também atuou fortemente no período. Em 1997 ocorreu a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça organizada pelo MST e uma série de protestos foram registrado na América Latina como forma de solidariedade internacional aos conflitos ocorridos. A Comissão Pastoral da Terra

¹⁶ Para mais, ver: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/compromisso_de_todos_-_governo_fernando_henrique_cardoso.pdf

realizou estudos comprovando o aumento da violência no campo neste período.

Violência no campo – Assassinatos por resistência territorial (1985-2014)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2015.

A resposta do governo foi a criação, em 1996, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (que incorporou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), tendo a frente o ministro Raul Jungmann. (PEREIRA, 2013)

Assim se constitui a territorialidade do agronegócio, uma combinação de elementos nacionais e internacionais que se manifestam na forma de capital atrofico-destrutivo. O estado brasileiro neoliberal forjou as condições jurídicas e econômicas para esta nova etapa da acumulação capitalista, permitindo, também, a emancipação de municípios o que se constituiu em uma nova divisão regional do trabalho. A pressão do mercado internacional por tais mudanças se reflete nas políticas públicas adotadas pelos entes federativos. Dados da CPT, do Anuário Estatístico do Crédito

Rural e do IBGE atestam tais mudanças e evidenciam a escalada das commodities no Brasil. A lógica neoliberal que pressiona e altera as relações entre mercado mundial, estados e municípios é a mesma que produz uma real sujeição dos camponeses que são obrigados a arrendar suas terras, a se organizar em cooperativas e associações para captar recursos e se submeter a uma atualizadas arquitetura de poder que produz subordinação, dependência e uma nova e precária morfologia laboral, o que desencadeia novas violências no campo conforme apontado anteriormente.

Há neste sentido, uma nova cadeia de produção de valor no campo e uma relação decisiva entre seus elos que demonstram o quanto as empresas transnacionais têm o poder em estabelecer conexões entre os elos débeis do Brasil e o mercado internacional. As novas relações internacionais no campo trazem aquilo que é próprio do modelo neoliberal e das suas forma de acumulação: especulação imobiliária, mudanças jurídicas, fusões e aquisições, rentismo, privatização de rodovias e das empresas de abastecimento de água, criação de linhas de crédito agrícola e bancos especializados neste tipo de negócios (Banco da Amazônia) e as constantes pressões advindas dos relatórios emitidos pelo Banco Mundial e que sugerem significativas alterações legais para a expansão do capital. Ou seja, constitui uma engenharia de formas, modelos e processos que formam a cadeia de produção de valor do neoextrativismo.

O neoliberalismo instituído no Brasil a partir da Constituição de 1988 e do Governo de Fernando Collor de Mello foi fator multiplicador dos eixos de dominação capitalista que força e demanda maior complexidade da ação política emancipatória por parte dos movimentos sociais. A democracia participativa instituiu instrumentos plurais que

abarcavam as múltiplas desigualdades sociais vinculadas aos valores da liberdade e da igualdade dentro da institucionalidade. A coerção exercida pelo Estado associado aos mecanismos de dominação da sociedade capitalista firma uma nova configuração do capitalismo e de seus mecanismos de regulação, comando, desempenho, controle social, subordinação e, conseqüentemente, de criminalização dos movimentos sociais. É um novo conjunto de relações domésticas, internacionais e de comércio exterior que modela o sistema econômico em suas múltiplas dimensões. A mundialização do capital faz ressurgir aspectos como extrema centralização, concentração de capitais e a interpenetração finança/indústria/agronegócio.

A acumulação, que é dada sob diversas formas, tem nas *securities* (títulos) novas formas de rentabilidade. A produção de riqueza agora passa também por uma dinâmica específica da esfera financeira que tem no capital monetário, e sua conseqüente “liquidez”, seu mais novo fetichismo. As instituições financeiras internacionais e as maiores potências do globo saem em defesa dos seus privilégios, constituindo o que chamamos de “*Corporate Governacê*”.¹⁷

Por que destacamos o Estado do Tocantins, em especial o município de Porto Nacional no contexto da mundialização e no que concerne as questões agrárias e as relações internacionais? Desde que foi criado em 1989 pela Comissão de Sistematização e pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, o Tocantins passou por um reordenamento territorial que criou as condições objetivas para novos

¹⁷ Para mais ver: <https://forum.ibgp.net.br/conceitos-de-governanca-corporativa/>

movimentos socioterritoriais se constituindo, conseqüentemente, em território de disputas e conflitos de terra e de poder (OLIVEIRA; LIRA; CABRAL, 2014).

Considera-se também aspecto fundamental todos os setores de expansão que aliam forças ao setor do agronegócio. O Setor sucroenergético, celulose, papel e madeira, agricultura, grãos e fibras, setor lácteo, café, carne bovina, dentre outros. É uma verdadeira engenharia política, econômica que potencializa a produção, o domínio da cadeia produtiva e, conseqüentemente, a acumulação.

Pesquisa divulgada pela *United States Department of Agriculture* - USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) previu que no segundo semestre de 2018 o Brasil se tornaria o maior produtor de soja do mundo, superando os EUA que atingiram a maturidade das áreas cultivadas e, portanto, sem condições de alargar e aumentar sua produtividade ou estender suas fronteiras agrícolas.¹⁸ Assim a soja entra para a lista dos produtos em que o Brasil é líder de exportação: café, suco de laranja, açúcar e carne bovina. A China tem se destacado como o país que mais compra a soja brasileira *in natura* e sua demanda faz o agronegócio do Tocantins se expandir com enorme velocidade.

A Agrotins (Feira Agropecuária do Tocantins), que acontece anualmente no Estado, é a evidente prova da expansão da produção na região. O volume de negócios realizado por sua ocasião, reflete não apenas a expansão, seu potencial financeiro de acumulação, mas também o nível de tensão que o agronegócio tem criado no Estado.

¹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/brasil-assume-lideranca-mundial-na-producao-de-soja-segundo-eua.shtml>

Na primeira Agrotins, ocorrida em 2001, o volume de negócios girou em torno dos 7 milhões de reais, em 2017 esse número atingiu a incrível marca dos 650 milhões¹⁹. Desde suas fronteiras com o Pará e Maranhão, especialmente na região do Bico do Papagaio até o extremo sul do Estado, inúmeros conflitos foram registrados nos últimos anos pela Comissão Pastoral da Terra. Só em 2014 a Comissão registrou 21 conflitos por terra envolvendo 1456 famílias no Tocantins, sendo que 332 famílias foram despejadas, uma tentativa de assassinato e 6 pessoas foram ameaçadas de morte.²⁰

Os números se intensificam na mesma proporção em que o agronegócio se alarga, evidenciando o modelo de neoextrativismo legitimado pelo do Estado e as investidas de ambos para a criminalização das lutas sociais. Os números organizados pela CPT em 2017 demonstram esta intensificação como já apresentado anteriormente.

Não apenas o Brasil está circunscrito na órbita dos conflitos em torno da terra. É a América Latina que em geral que tem enfrentado as investidas das grandes empresas transnacionais sobre os territórios tradicionais, chanceladas por agentes públicos domésticos que cada vez mais agudizam seu espectro conservador e autoritário favorecendo o grande capital e marginalizando as comunidades.

Diversos debates sobre os movimentos sociais, seus conflitos, análises conjunturais sobre a reconfiguração da paisagem sociopolítica da

¹⁹ Para mais dados ver: <https://agrotins.to.gov.br/noticia/2018/4/13/governo-lanca-agrotins-2018-nesta-segunda-feira-no-palacio-araguaia/>

²⁰ Para mais, ver: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2562-movimentos-sociais-repudiam-onda-de-violencia-no-campo-em-tocantins>

região têm se intensificado nos últimos anos. O destaque dado ao Estado do Tocantins, em especial ao município de Porto Nacional, tem sentido pela importância estratégica no desenvolvimento regional, sua capacidade produtiva e de articulação com outros elos da cadeia de produção de valor e inevitáveis conflitos no que tange o território e o mundo do trabalho, colaboram com a compreensão da composição das forças econômicas e políticas que permeiam a elevação do nível de importância da produção de soja para o equilíbrio econômico do Brasil no mercado internacional nesta nova fase da era global. As políticas transnacionais e sua estrutura organizacional também são pressupostos para que as forças sociais que vivem do trabalho constituam resistências capazes de reordenar o movimento dos trabalhadores e suas dinâmicas de contestação contra o capital global, em especial nos setores onde o volume de políticas, representantes no parlamentos e investimentos criam novas condições de submissão e opressão. Ao pensarmos a América Latina e suas condições sócio-históricas é certo que estas pesam e marcam a genealogia econômica oriunda das disputas e lutas sociais, fundamentalmente aquelas oriundas do extrativismo exportador. Por isso a necessidade de explorarmos o conhecimento sobre este metabolismo neoextrativista e reconhecer que suas formas políticas e econômicas são conhecimentos imprescindíveis na compreensão do papel que a América Latina tem para os capitais transnacionais e a necessidade de recuperação histórica e atualização das formas políticas e organizacionais dos movimentos sociais e comunidades tradicionais na defesa do território e na preservação da natureza, das formas de vida e de trabalho.

O município de Porto Nacional fica a 52 km da capital Palmas e é conhecido como o berço da cultura do Estado do Tocantins. Entretanto tem se destacado nos últimos anos pela expansão da soja e pelas ocupações de terra desencadeadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Um dos últimos acampamentos erguidos na região é o Dom Celso, concebido para ser “produtivo”, alterando a perspectiva dos acampamentos de beira de estrada, estratégia dos anos anteriores e que representa as diversas modalidades de exclusão promovidas pelo agronegócio relacionadas fundamentalmente à nova organização laboral no campo pelo novo modelo de produção agrícola, precarização do trabalho, especulação imobiliária, disputas pela terra, dentre outros.



Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupou a área que fica à 18 quilômetros da cidade de Porto Nacional no ano de 2015 reivindicando lotes junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para futuro assentamento das famílias. A população base

do acampamento Dom Celso é formada por remanescentes do acampamento Sebastião Bezerra, instalado às margens da Rodovia TO-050 entre os anos 2011 e 2015, assim como moradores da periferia da cidade de Porto Nacional e representantes destas novas modalidades de exclusão acima mencionadas.

A área, trata-se do Projeto de Assentamento Retiro, criado pelo INCRA, SR-26, em 1995, conforme a Portaria nº 93 de 10 de janeiro de 1995, desapropriado para fins de reforma agrária, onde na época foram assentadas 23 famílias, mas que ao longo do tempo foi apropriada de forma irregular por pessoas que não tem perfil para ser beneficiários da reforma agrária. Atualmente, o acampamento encontra-se com 40 famílias acampadas dentro da área (Assentamento Retiro), situado entre o córrego Matança e Rio Carmo à margem esquerda do Lago da UHE de Lajeado, Rio Tocantins, rodovia TO- 455, Porto Nacional-TO.

Desde o início do ano de 2017 pesquisadoras e pesquisadores da Universidade Federal, através de um projeto de extensão organizado pelo curso de Relações Internacionais da UFT e em parceria com o NURBA (Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários), Instituto Padre Josimo e MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) têm acompanhado a luta dos acampados do Dom Celso e suas dificuldades no retorno à condição camponesa. Conflitos e contradições internas fizeram com que acampadas e acampados passassem por diversas fases de organização e recomposição deste território de resistência. As investidas dos grandes latifundiários que visam a área para a expansão do cultivo das commodities e suas constantes intimidações fragilizaram, mas também estimularam novas formas de resistência. A atuação do MST Regional e as dificuldades em encampar

tantas frentes em uma região com constantes conflitos e disputas políticas também condiciona uma particular forma de ser do movimento.

A expansão do agronegócio e a especulação imobiliária, juntos, expulsaram e excluíram parcelas significativas de pessoas ao acesso à terra. A mobilidade social é componente especialmente importante no modelo neoliberal, pois o capital financeiro e rentista, com suas distintas formas e pressões, produz padrões de crescimento socialmente excludente, além de submeter as populações a empregos precários, informais expulsando mulheres e homens dos seus territórios de sociabilidade e de efetivação da própria vida. Parcelas significativas se deslocam e ocupam novos lugares constituindo resistências enquanto o grande capital conduz sua tarefa de criminalizar e invisibilizar social e midiaticamente os movimentos sociais.

A luta pela terra é para entrar, permanecer ou retomar à condição camponesa. É pela construção do território de resistência. É contra a incontrolabilidade do capital que marginaliza, expulsa e restringe as formas do viver. Pela reforma agrária em seu sentido amplo e irrestrito como forma de promover a desconcentração fundiária e obter o controle da propriedade. Os trabalhadores sem terra pertencem à fração de classe que não detém a posse, a propriedade ou a concessão de uso da terra como condição de trabalho e vida. As formas de resistência construídas no território e o retorno à condição camponesa são os desafios dos assalariados rurais, diaristas, tratoristas, peões, administradores, vaqueiros, garimpeiros, boia-fria e tantos outros que compõem a luta camponesa no município de Porto Nacional que são alvo constante de violência, as objetivas e as subjetivas.

No quadro das formas de luta e da resistência territorial encontram-se vários sujeitos e agentes que são apoiadores da luta e que estabelecem relações de comunicação entre a universidade, o acampamento e o MST Regional. O projeto de extensão que ocorre dentro do Acampamento Dom Celso foi construído horizontalmente sem que a Universidade ocupasse papel preponderante no desencadeamento dos eixos pedagógicos do processo de execução. Dadas as particularidades do acampamento, da leniência do INCRA no que concerne a aplicação do processo de assentamento das famílias e das constantes investidas dos latifundiários locais, as formas de resistência e a territorialização da luta caminhou para construção de um território de resistência de aspectos particulares.

Territorializar no caso do acampamento Dom Celso passou pela elaboração e execução de ações educativas vinculadas aos eixos pedagógicos que exprimem identidade com o espaço. Por meio do trabalho com as crianças e adolescente, de entender a relação que os acampados deveriam ter com suas roças e como as mulheres poderiam se organizar para dividir experiências e organizar seus movimentos dentro daquele espaço, ao tempo, as acampadas e acampados passaram a exercer uma ação coletiva baseada nos princípios da solidariedade e da agroecologia, ainda que muitos esbarrassem em contradições como acelerar a produção utilizando dos mesmos artifícios que o grande latifundiário (gradear o solo e utilizar agrotóxico).

A educação exerce um papel central na origem do Movimento e na sua estrutura organizativa. Já que a educação oferecida pelo Estado brasileiro sustenta os valores das classes dominantes é preciso alterar esta situação e colaborar na construção de uma pedagogia que contribua para

que as pessoas possam viver no e do campo e compreender que esta relação com o espaço é uma política de resistência. Inspirados pela pedagogia freiriana, em especial pela “pedagogia do oprimido”, o MST constituiu parcerias para promover e ampliar a educação no campo, a entendendo como processo permanente e continuado:

A democratização do conhecimento é considerada tão importante quanto a Reforma Agrária no processo de consolidação da democracia. Além dos acampamentos à beira de estradas, das ocupações de terra e de marchas para pressionar pela desconcentração da terra, o MST luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos.²¹

Neste sentido, a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire se constitui como um tratado epistemológico para as ações do MST. É um aparato filosófico e sociológico que coloca o sujeito como responsável pelo próprio processo de conhecimento e como protagonista da transformação das sociedades. É um esforço coordenado e uma tarefa complexa e, em cada região, em cada acampamento e assentamento, as condições objetivas é que determinam os avanços de tais proposições. Os conflitos em torno da terra no Brasil têm sido intensivos desde 2016. Por esse motivo o movimento nem sempre dá conta da formação de militantes para atender problemas específicos, em especial as ocorrências na região norte. No acampamento Dom Celso o tempo tem sido inimigo e aliado. Tem oferecido os processos e os argumentos que nos permite entender retrocessos e avanços. É a dialética da vida que se manifesta no cotidiano

²¹ Disponível em: <http://www.mst.org.br/2009/10/08/a-educacao-do-mst.html>

das acampadas e acampados e dos seus colaboradores e reage às condições objetivas das suas relações sociais e das condições objetivas de enfrentamento. As lutas, disputas e conflitos internos e externos são pressupostos também da conquista da consciência de classe, parte fundamental da formação política daqueles que estão retornando à condição camponesa.

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência. Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições. Tão logo seja apresentado esse processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas (MARX, 2007, pp. 94-95).

É neste processo que todas as possibilidades de colocar em prática uma biblioteca no acampamento, iniciar a construção da escola do campo e o centro comunitário que abrigaria a padaria e a produção de artesanato das mulheres camponesas e que permitiria, também, a construção de uma economia feminista, foi possível. A ação concomitante destes vários espaços corresponde a uma forma de resistência voltada para a sociabilidade e construção da identidade do camponês com seu território de vida e luta. Isso permitiria a população do acampamento Dom Celso permanecer no território que, até então, estava envolvido em desconfiança e descrédito. A demora no processo de assentamento das famílias levou muitas delas a

desacreditar na conquista da terra e contribuiu para um esvaziamento e abandono da luta. Vale ressaltar que até o início de 2020 a paralisia nos processos de assentamento das famílias desintegrou parte importante do acampamento. A reintegração de posse ocorrida em 2018 também foi fator que desmobilizou e desmotivou parcela da população que lá vivia já que também tiveram que sair das glebas iniciais se deslocar para uma nova área determinada pelo INCRA sem a mesma estrutura e acesso a água como na posição em que estavam anteriormente. Esse novo enfrentamento promoveu um retrocesso na organização alcançada até então. A biblioteca precisou ser desmontada e os livros doados foram guardados pela Organização Não Governamental Pote de Barro que fica no centro do município de Porto Nacional e que tornou guardiã do acervo.

As terras ocupadas pertencem ao Incra, ainda estão em processo de reforma agrária e os conflitos em torno do acampamento não cessaram. Sabemos que o processo é demorado o que fragiliza as famílias que também são vítimas da negligência e falta de apoio dos governos municipal e estadual. A reapropriação do cerrado pelo chamado neoextrativismo, as novas estratégias do latifúndio e dos novos fazendeiros também reconfigurou as novas formas de ocupação por parte dos militantes do MST. Contra a reforma agrária de mercado é debatido e criado em 2014, no 6º Congresso Nacional do MST, um programa de reforma agrária popular e o seu próprio modelo de agricultura para o campo brasileiro. Outra grande mudança foi superar o acampamento de beira de estrada e introduzir a sistemática do acampamento produtivo, que permite que as famílias possam organizar suas roças e a socioterritorializar o movimento. A pedagogia de luta também se desdobra nos vários setores de formação

política. Certamente a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes em 2005 exerceu importante influência na formação política das novas lideranças e, conseqüentemente, nas novas estratégias de atuação do Movimento pelo território nacional. Além dos cursos em áreas como História Social do Brasil, Conjuntura internacional, Sociologia Rural, a Escola também possui parceria com 35 universidades, com as quais oferece cursos superiores e de especialização, e 15 escolas de formação em outros países.²² A ENFF certamente reorientou estratégias diante da ofensiva neoextrativista e ressignificou o movimento dos sem terra nas diversas partes do território brasileiro.

Não se pode ignorar que mesmos nos governos progressistas a reforma agrária caminhou em marcha lenta e em determinados momentos sofreu paralisia total. As alianças políticas que se conjugaram em torno de um modelo de desenvolvimento que tem no neoextrativismo sua mais importante base na atualidade, elevou os níveis da ameaça ao meio ambiente, aos camponeses e as comunidades tradicionais diretamente. Transposição de rios, projetos de energia e o avanço do agronegócio impactaram as territorialidades daqueles que efetivam suas vidas, suas culturas e suas existências na terra. Ainda que a energia elétrica, por exemplo, tenha chegado em comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas, não podemos afirmar que as ameaças aos seus modos de existência foram afastadas. Pelo contrário. A potência da contradição e do conflito é núcleo central da disputa, do controle e da regulação das riquezas da chamada Amazônia Legal. Os modos de produção do neoextrativismo, visto por

²² Para mais, ver: <http://amigosenff.org.br/>

aqueles que têm interesse direto na extração das riquezas, também não criam empregos e quando criam não dão qualquer segurança jurídica às trabalhadoras e trabalhadores. A agricultura 4.0 repleta de novas tecnologias informacionais não é capaz de produzir densidade de postos de trabalho com garantias de direitos. O trabalho é imprescindível, porém a tecnologia agregada ao agronegócio pode reduzi-lo ao máximo gerando um novo ciclo de desantropomorfização (LUKÁCS, 2003). O tão propalado “desenvolvimento” é em si uma grande contradição, e no capital atrófico brasileiro, produtor de incalculáveis misérias.

Considerações Finais

A integração latino-americana pela via das commodities nas duas últimas décadas colaborou com a tendência mundial de inserção das corporações transnacionais contribuindo para uma nova concentração de terras e com o domínio de vários elos da cadeia de valor do agronegócio. Megaprojetos em territórios indígenas (Usina de Belo Monte), expansão de redes de eletricidade com implantação de torres de energia em comunidades quilombolas (Comunidade Malhadinha em Porto Nacional-TO) e as investidas dos latifundiários sobre as terras agricultáveis, em especial no cerrado brasileiro, alteraram significativamente as relações sociais de produção como parte de um novo poder geopolítico global. A potência desta articulação permitiu que surgissem Zonas Especiais de Intensa Acumulação (ZEIA's). A nova fase da mundialização do capital no século XXI amplificou o metabolismo social produzindo contradições que ameaçam os territórios e constrengem qualquer parâmetro jurídico que reja a

proteção ambiental e os direitos de camponeses e comunidades tradicionais. A nova lógica produtiva submeteu e submete o campo a uma nova morfologia laboral com uso intensivo de tecnologias digitais e informacionais. O cerrado tocantinense atende a perspectiva de expansão da fronteira agrícola e subverte o direito a terra à lógica produtivista tirando dos camponeses e povos tradicionais suas formas básicas de existência.

A resposta elaborada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a este rearranjo de forças do capital pautou-se por uma reorganização política e organizacional tendo a Escola Nacional Florestan Fernandes como centro de formação da militância e difusora de conhecimento técnico, pedagógico e político que orientou não só as novas ocupações de terra como também suas práticas no interior desta terra ocupada. O acampamento produtivo se transformaria na expressão da agroecologia, dos diversos setores de desenvolvimento, da organização de todas as camponesas e camponeses, desde os sem terrinha até os adultos. O conjunto dessas práticas, as atividades semanais e as decisões coletivas em plenária corresponde a uma nova identidade socioterritorial do camponês com o território em disputa. Ainda assim, as condições particulares do acampamento Dom Celso em Porto Nacional-TO, a heterogeneidade da população que o ocupou, as dificuldades na formação e permanência das lideranças certamente e a leniência do INCRA para assentar as famílias produziu um clima de instabilidade, desconfiança e desmobilização entre os acampados, embora as práticas ali desencadeadas por eles e por sua rede de mobilização tenham alcançado interessantes níveis de atividade e militância local.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BELUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Unesp, 2013.

BITTAR, I. M. B. Modernização do cerrado brasileiro e desenvolvimento sustentável: revendo a história. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Mossoró – Rio Grande do Norte, v. 6, n. 1, pp. 26-38, jan/mar 2011.

CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (orgs). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CPT. **Cadernos Conflitos no Campo**. Período de 2001 a 2015.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: UNESP/ Cultura Acadêmica Editora, 2014.

GENTILI, P. (org). **Globalização excludente: desigualdades, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 4 ed. Petrópolis: Vozes/ Clacso/ LPP, 2002.

HUMPHREY, J. **Fazendo o “milagre”**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1982

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LIRA, E. E.; SANTOS, R. de S. (orgs). **Fronteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões socioterritoriais**. Goiânia: Kelps, 2017.

LUKÁCS, G. **História e consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERINO, G. E. Guerra comercial y América Latina. **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**, nº 134, mayo-agosto de 2019. Pp. 67-98.

MARTINS, J. de S. **O cativoiro da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIGUEL, L. F. **Dominação e resistência**: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOREIRA, L. F. V.; QUINTEROS, M. C.; SILVA, A. L. R. da. **As relações internacionais da América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. <https://mst.org.br/>. Acesso em: jan/2020

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de; LIRA, E. R.; CABRAL, J. P. C.; SANTOS, R. de S. **Território em conflito, terra e poder**. Goiânia: Kelps, 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil 7**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: STEDILE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil 9**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PEREIRA, J. M. M.; SAUER, S. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Revista Sociedade e Estado**. v. 26, n. 3, set/dez, 2011.

PEREIRA, J. M. M. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cardoso. In: STEDILE, João Pedro. (org.) **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000 – vol. 8.** Expressão Popular: São Paulo, 2013. pp. 19-68.

SANTOS, F. L. B. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016).** São Paulo: Elefante, 2018.

SEOANI, J. (org). **Movimientos sociales y conflictos em América Latina.** Buenos Aires: Usal/Clacso, 2004.

SINGER, P. **A crise do “milagre”:** interpretação crítica da economia brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SVAMPA. M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro territorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

VIZENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro:** multilateralização, desenvolvimento de uma potência média (1964-1985). 2 ed. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora: 1998.